



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº XX/2020

1. DO OBJETO

1.1. É objeto da presente licitação a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, de forma a viabilizar a realização de webconferências pelos usuários da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT	VALOR TOTAL
Órgão Gerenciador - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UASG 158658)						
1	414511	Fone de ouvido USB estéreo com microfone para chamadas	UN	32	R\$ 520,36	R\$ 16.651,52
2	236931	Aparelho viva voz para conferências e chamadas	UN	10	R\$ 910,54	R\$ 9.105,40
3	150281	Webcam Full HD para uso em web conferências	UN	48	R\$ 549,12	R\$ 26.357,76
4	150109	Webcam Full HD com campo de visão ampliado para uso em web conferências	UN	10	R\$ 1.195,86	R\$ 11.958,60
Órgão Participante - Instituto Federal Baiano - Campus Uruçuca (UASG 154617)						
5	414511	Fone de ouvido USB estéreo com microfone para chamadas	UN	5	R\$ 520,36	R\$ 2.601,80
6	236931	Aparelho viva voz para conferências e chamadas	UN	5	R\$ 910,54	R\$ 4.552,70
7	150281	Webcam Full HD para uso em web conferências	UN	10	R\$ 549,12	R\$ 5.491,20
8	150109	Webcam Full HD com campo de visão ampliado para uso em web conferências	UN	4	R\$ 1.195,86	R\$ 4.783,44
Total						R\$ 81.502,42

1.2. Os objetos devem estar acompanhado do manual do usuário, e as especificações completas são as constantes no Anexo I deste instrumento.

1.3. Os bens adquiridos devem ser, se aplicável: i) constituídos por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; ii) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; iii) acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

aceite da nota de empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente a ferramenta de webconferência tem se mostrado um instrumento muito útil para a comunicação e compartilhamento de informações no campo da educação, bem como no mundo corporativo. Na UNILA, a aquisição pretendida se justifica diante da necessidade de manter equipamentos em suas unidades, visando dar suporte às webconferências a serem realizadas para reuniões de órgãos colegiados, reuniões de equipes de trabalho, aulas, apresentações, seminários, e outros eventos a serem realizados via internet.

2.2. Optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, pois não é possível definir previamente de forma exata o quantitativo a ser demandado, conforme dispõe o inciso IV, artigo 3º do Decreto 7.892/2013. Soma-se a isto o fato de não ser previsível quando e/ou se os equipamentos de áudio e vídeo existentes na UNILA apresentarão defeitos e necessitarão de substituição.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 *“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”*

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é **de 30 (trinta) dias**, contados do(a) recebimento da Solicitação de Fornecimento de Materiais e Empenho, em remessa única, nos seguintes endereços ou em outro(s) endereço(s) indicado(s) pela contratante no momento do pedido:

UASG 158658 – UNILA (órgão gerenciador): Rua Macucos 131, esquina com Rua Mineirão – Bairro Portal da Foz – Foz do Iguaçu-PR – CEP: 85859-450, no horário de 08:30 às 11:00h e de 14:00 às 17:00h. Telefone: (45) 3529-2781.

UASG 154617 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (órgão participante): Rua Dr. João Nascimento – S/N – Centro, Uruçuca – Bahia, CEP: 45680-000, no horário de 08h:00 às 12h:00 e das 13h:00 às 16h:00, de segunda-feira a sexta-feira.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **10 (dez) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;**

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

12.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses para o item 01 e 24 (vinte e quatro) meses para os itens 02, 03 e 04**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

12.2. A garantia exigida pela CONTRATANTE tem por finalidade assegurar a qualidade dos produtos ofertados, de modo que possam atingir uma durabilidade mínima, conforme o prazo apropriado estabelecido para cada item.

12.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. **Multa moratória** de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de **inexecução total** do objeto;

13.2.4. Em caso de **inexecução parcial**, a **multa compensatória**, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. **Impedimento de licitar e contratar** com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

✱ 12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 81.502,42 (oitenta e um mil, quinhentos e dois reais e quarenta e dois centavos).

Foz do Iguaçu/PR, 22 de julho de 2020

CRISTIAN A. BENDER Técnico de Tecnologia da Informação Siape 2160009 Divisão de Suporte Técnico - DISU	GIULIANO MARCHIORI Técnico de Tecnologia da Informação Siape 2141425 Divisão de Suporte Técnico - DISUT
CRISTIAN FABIO TYMUS Assistente em Administração Siape 2141166 Seção de Administração do Parque de Tecnologia da Informação - SEATI	NEILA EVANGELISTA Administradora Siape 2144158 Seção de Administração do Parque de Tecnologia da Informação - SEATI
AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC _____ Coordenador RUMINIKI PAVEI SCHMOELLER SIAPE:1939682	



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ANEXO I – DESCRITIVOS TÉCNICOS

Item 1 - Headset USB com microfone

Descrição: Fone de ouvido USB estéreo com microfone para chamadas.

Finalidade: Reuniões, videoconferências, videochamadas, chamadas VoIP.

Especificações:

- Microfone:
 - Tipo: direcional;
 - Resposta de frequência: 100 Hz - 18 kHz;
- Alto-falantes:
 - Resposta de frequência: 80 Hz - 20 kHz;
- Cancelamento de eco acústico;
- Cancelamento de ruídos;
- Controles de aumentar/diminuir volume e sem som;
- Conectividade: USB-A 2.0;
- Compatível com plug and play;
- Compatível com Windows, Linux e macOS;
- **Mínimo 1 ano de garantia;**
- Modelo de Referência: Logitech H570e (ou equivalente ou de melhor qualidade).
-
-
-

Item 2 - Alto-falante Bluetooth com microfone

Descrição: Aparelho viva voz para conferências e chamadas.

Finalidade: Reuniões, videoconferências, chamadas.

Especificações:

- Microfone:
 - Microfone omnidirecional, cobertura de 360 graus;
 - Resposta de frequência: 100 Hz - 8 kHz;
- Alto-falantes:
 - Resposta de frequência: 140 Hz - 16 kHz;
- Cancelamento de eco acústico;
- Cancelamento de ruídos;
- Bateria recarregável com 14 horas de duração em uso ou superior;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

- Controles de início/encerramento de chamada, aumentar/diminuir volume e função mudo;
- Conectividade: Bluetooth, cabo USB-A 2.0;
- Compatível com plug and play;
- Compatível com Windows, Linux, Android, macOS e iOS;
- **Mínimo 2 anos de garantia;**
- Modelo de Referência: Logitech P710e (ou equivalente ou de melhor qualidade).

Item 3 - Webcam Full HD

Descrição: Webcam Full HD para uso em web conferências.

Finalidade: Reuniões, videoconferências, videochamadas.

Especificações:

- Resolução mínima: 1920x1080 à 30qps (quadros por segundo);
- Campo de visão de 78° ou superior;
- Foco automático;
- Dois microfones omnidirecionais;
- Conectividade: USB-A 2.0;
- Clipe para fixação em monitores e notebook;
- Compatível com plug and play;
- Compatível com Windows, Linux e macOS;
- **Mínimo 2 anos de garantia;**
- Modelo de Referência: Logitech C925e (ou equivalente ou de melhor qualidade).



Item 4 - Webcam Full HD com campo de visão ampliado

Descrição: Webcam Full HD com campo de visão ampliado para uso em web conferências.

Finalidade: Reuniões, videoconferências, videochamadas.

Especificações:

- Resolução mínima: 1920x1080 à 30qps (quadros por segundo);
- Campo de visão de 90° ou superior;
- Foco automático;
- Dois microfones omnidirecionais;
- Conectividade: USB-A 2.0;
- Clipe para fixação em monitores e notebook;
- Compatível com plug and play;
- Compatível com Windows, Linux e macOS;
- **Mínimo 2 anos de garantia;**
- Modelo de Referência: Logitech C930e (ou equivalente ou de melhor qualidade).

